



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0014705-03.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Rescisão / Resolução**  
 Requerente: **Sintufscar Sindicato dos Trab Tecnico Administrativos da Universidade Federal de S Carlos**  
 Requerido: **Claro Sa**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Aos 22 de outubro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.  
**Dr. MILTON COUTINHO GORDO.**  
 Eu,....., esc., digitei e subscrevi.  
 Processo nº 1498/13

### Vistos.

**SINTUFSCAR — SINDICATO DOS**  
**TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIVERSIDADE**  
**FEDERAL DE SÃO CARLOS** ajuizou **AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL c.c.**  
**DECLARATÓRIA DE INEXIBILIDADE DE MULTA e REPETIÇÃO DE INDÉBITO**  
**com pedido de TUTELA ANTECIPADA – LIMINAR e DANOS MORAIS** em face  
 de **CLARO S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o Autor, em síntese, que firmou com a requerida contrato de prestação de Serviço de Telefonia Móvel, de plano Modem 3G (serviço de internet) com disponibilização de 02 linhas, sob o preço de R\$ 119,90 e 07 linhas com fornecimento de 07 aparelhos celulares, por R\$ 383,90, pelo prazo de 24 meses. Alega que desde o início da contratação as linhas não funcionam e quando funcionam operam precariamente; que após inúmeras tentativas frustradas de solucionar o problema, reiterou seu desinteresse em manter o contrato, entretanto, a requerida manteve-se em silêncio, dando continuidade a emissão mensal de faturas. No mais, considerando a inexecução



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

e a má qualidade dos serviços prestados pela ré, busca a rescisão do contrato celebrado, a declaração de inexigibilidade da cobrança da multa pela rescisão antecipada e a repetição de indébito, além, da indenização por dano moral. Juntou documentos a fls.09/113.

Em resposta ao despacho de fls.158, foram carreados aos autos os informes do SERASA a fls.154/157.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação sustentando, em síntese, que: 1) não houve qualquer irregularidade na prestação de serviços, sendo que os mesmos foram disponibilizados e utilizados normalmente; 2) todas as cobranças são devidas, e os valores cobrados estão todos de acordo com o pactuado; 3) não foram localizadas irregularidades ou anormalidades no sinal dos serviços prestados; inclusive, a região do autor apresenta excelente cobertura para os serviços. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

As partes foram instadas à produção de provas pelo despacho de fls.176. O requerente se manifestou a fls. 178/179 e a requerida ficou inerte.

Pelo despacho de fls. 121 foi deferida liminar para que a ré suspendesse as cobranças das contas referentes aos aparelhos descritos na inicial.

**É o relatório.**

**DECIDO.**

Inicialmente cabe reconhecer que no caso tem aplicação a Lei Consumerista, pouco, ou nada, importando o fato da autora ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

“pessoa jurídica”; a relação firmada entre as partes e que representa a causa de pedir é tipicamente de consumo, com todos os contornos a ela inerentes.

Nesse sentido: STJ, Resp 171.084/MA, Resp 295.130/SP e Resp 570.950/ES.

Por outro lado, a responsabilidade da operadora de sinais de telefonia móvel, como fornecedora de serviços, é objetiva nos termos do artigo 14 do CDC.

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º do sobredito artigo: a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.

E os autos não revelam a presença dessas três “figuras”.

A mensagem trazida a fls. 43 não foi impugnada pela ré e indica o evidente descontentamento do autor em relação ao serviço.

A ré não provou, como lhe cabia, ter dado alguma satisfação em relação ao reclamo e nem se dignou a solicitar tal prova.

Veio a juízo alegando genericamente ter feito uma “constatação de rede”; não se sabe quando ou de que forma.

...

Os documentos de fls. 45, 65, 81, 100, 104 e 108 mostram que as contas são pagas através de débito automático.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Assim, **reconheço a inexigibilidade** das cobranças de fls. 45 (R\$ 390,90), fls. 65 (R\$ 390,90), fls. 81 (R\$ 388,39), fls. 100 (R\$ 120,25), fls. 104 (R\$ 120,25) e fls. 108 (R\$ 119,92) **declaro rescindido**, por culpa da ré, o vínculo entre as partes **e determino a ré** que restitua ao autor o que o mesmo despendeu.

Por fim, não vejo razão para, no caso, reconhecer o menoscabo moral.

O que passou, na verdade, foi simples desacordo comercial, insuscetível de causar menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.

A respeito cf. STJ – 3ª Turma – REsp 50.999/SC.

Embora a insistência nas cobranças e emissão de boletos tenha gerado incômodo e dissabor à autora, tais aborrecimentos não se prestam a ensejar indenização por danos morais.

Não vislumbro na situação a ocorrência de vergonha ou desgosto, suportado, até porque a autora é pessoa jurídica; a prova nada revela, que fuja da normalidade, a ponto de ocasionar inquietação ou desequilíbrio na rotina da demandante.

\*\*\*

Ante o exposto e pelo que mais dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado na inicial para desfazer o vínculo entre as partes, reconhecer a inexigibilidade das cobranças e da multa pela rescisão contratual antecipada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Fica ainda a requerida condenada a repetição de indébito, dos valores constantes de fls. 45 (R\$ 390,90), fls. 65 (R\$ 390,90), fls. 81 (R\$ 388,39), fls. 100 (R\$ 120,25), fls. 104 (R\$ 120,25) e fls. 108 (R\$ 119,92). Os montantes devem ser corrigidos a contar das datas dos desembolsos incidindo juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 800,00, com correção monetária a contar da publicação desta.

Fica consignado, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

**P.R.I.**

São Carlos, 10 de novembro de 2014.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**